PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DOS ALUNOS INSCRITOS NA 2ª EDIÇÃO DO PEAES/UNIMONTES – 2023

SOCIOECONOMIC AND DEMOGRAPHIC PROFILE OF STUDENTS ENROLLED IN THE 2ND EDITION OF PEAES/UNIMONTES – 2023

Simone Rosiane Corrêa Araújo[1]

Natália Costa Silva[2]

RESUMO

O artigo apresenta resultados parciais do estudo que o Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Unimontes vem desenvolvendo sobre o perfil socioeconômico e demográfico dos candidatos inscritos no Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES). O objetivo geral foi analisar dados informados no formulário de inscrições do programa, com foco nas condições socioeconômicas, de saúde, raça, gênero, orientação sexual, deficiência e vulnerabilidades sociais dos discentes. A metodologia adotada foi a análise documental e estatística de dados secundários, tendo como fonte os formulários eletrônicos preenchidos pelos estudantes. A população analisada foi de 464 alunos matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e técnicos da universidade. As técnicas utilizadas envolveram o levantamento e organização dos dados quantitativos e o tratamento estatístico simples (percentuais e frequências). Os achados preliminares alertam para a situação de vulnerabilidade socioeconômica acentuada entre os candidatos aos auxílios estudantis; um perfil demográfico diverso e marcado por desigualdades múltiplas; a saúde mental como demanda crítica e uma alta demanda por apoio psicopedagógico e serviços de acolhimento. Destacam-se como conclusões provisórias a importância do PEAES para a comunidade acadêmica da Unimontes e a necessidade de ampliação do programa.

Palavras-chave: assistência estudantil; equidade no ensino superior; permanência universitária; políticas públicas vulnerabilidade socioeconômica.

ABSTRACT

[1] Doutora em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros. simonercaraujo76@gmail.com.

[2] Mestranda em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, nataliacosta0101@gmail.com.

The article presents partial results of a study conducted by the Observatory of Student Assistance Policy and Student Quality of Life at Unimontes on the socioeconomic and demographic profile of applicants to the State Student Assistance Program (PEAES). The general objective was to analyze data provided in the program's application form, focusing on students' socioeconomic conditions, health, race, gender, sexual orientation, disability, and social vulnerabilities. The methodology adopted was documentary and statistical analysis of secondary data, using as a source the electronic forms completed by students. The analyzed population consisted of 464 students enrolled in the university's undergraduate, graduate, and technical programs. The techniques employed involved collecting and organizing quantitative data and applying basic statistical procedures (percentages and frequencies). The preliminary findings highlight the pronounced socioeconomic vulnerability among applicants for student assistance; a diverse demographic profile marked by multiple inequalities; mental health as a critical issue; and a high demand for psycho-pedagogical support and student support services. The provisional conclusions underscore the importance of PEAES for the Unimontes academic community and the need to expand the program.

Keywords ou Palabras clave: student assistance; equity in higher education; university retention; public policies; socioeconomic vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES) foi implementado no estado de Minas Gerais em 2017 por meio da Lei estadual nº 22.570. O texto legal descreve, no seu artigo 6º, os objetivos do programa. São eles: o favorecimento da permanência nos cursos de graduação, pós-graduação e técnico; a viabilização da igualdade de oportunidades de acesso e participação na vida acadêmica; o apoio ao desenvolvimento acadêmico, social, cultural e profissional dos jovens; o acesso a equipamentos de informática, à internet e a outros recursos tecnológicos e didáticos, de modo a garantir o efetivo aprendizado pelos universitários.

Em março de 2018 foi publicado o Decreto Estadual nº 47.389 com a finalidade de regulamentar o PEAES. Ele reafirma como público-alvo do programa os estudantes de graduação, pós-graduação e de nível técnico da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), destacando como populações prioritárias negros, indígenas, pessoas

com deficiência e de baixa renda. Em março de 2018 a Unimontes incorporou o PEAES às suas ações de assistência aos discentes da universidade. Atualmente o setor da Assistência Estudantil é responsável, dentre outras atribuições, pela gestão e execução do PEAES.

Este artigo apresenta resultados parciais da análise de dados e informações identificadas nos formulários de inscrição da segunda edição do PEAES realizada na Unimontes em 2023. A finalidade da pesquisa em andamento é disponibilizar ao setor da Assistência Estudantil da instituição fundamentos para a tomada de decisões quanto às ações futuras dos serviços de apoio aos estudantes. Há também a expectativa de que a sistematização e divulgação das informações sobre a realidade vivenciada pelos acadêmicos possa incentivar novos estudos voltados ao aprimoramento das políticas de assistência estudantil e iniciativas de enfrentamento à evasão no ensino superior no Norte de Minas.

O estudo em curso é desenvolvido por pesquisadores, técnicos, colaboradores e estagiários do Observatório da Política da Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Unimontes. Ele foi criado em 2024, no âmbito da Assistência Estudantil da universidade nortemineira. Entre suas atribuições, se destaca a responsabilidade pela análise dos dados e informações obtidos a partir do processo do PEAES que tramita, geralmente, uma vez a cada semestre letivo.

A equipe multiprofissional que atua no projeto realiza um acompanhamento contínuo dos desafios enfrentados pelos universitários, visando subsidiar iniciativas baseadas em fatos. A fase atual da pesquisa pretende conhecer o perfil sociodemográfico do aluno que busca os serviços da Assistência Estudantil, a partir de diferentes dimensões como renda, raça, gênero, saúde física e mental. A perspectiva é que as informações fornecidas por eles, ao se inscreverem no PEAES, ajudem a compreender as diferentes formas de vulnerabilidades que podem comprometer o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior. Com esse trabalho, o Observatório contribui para que a assistência estudantil na instituição seja cada vez mais eficiente.

A principal hipótese suscitada é que a concessão de auxílios financeiros por meio do PEAES é insuficiente, embora indispensável. Os atendimentos realizados

pela equipe multidisciplinar da Assistência Estudantil e as análises socioeconômicas empreendidas ao longo das várias edições do programa vêm demonstrando que a conclusão da graduação está condicionada a múltiplos fatores interseccionais. A pesquisa parte da constatação de que há estudantes enfrentando dificuldades que vão além da vulnerabilidade econômica. Elas afetam o desempenho acadêmico e não são superadas apenas com auxílio financeiro.

Os formulários de inscrição preenchidos pelos candidatos aos auxílios estudantis foram a principal fonte de pesquisa. Eles foram submetidos a uma abordagem quantitativa e descritiva. Entre os instrumentos e técnicas utilizadas, se destacam a análise documental, a organização dos dados em planilhas eletrônicas, a formulação de representação gráfica dos dados e a análise descritiva deles (percentuais, faixas de renda, frequência de respostas, etc.).

Ao todo foram identificadas 464 inscrições válidas, contabilizadas a partir do número único de CPF e de matrícula informados por cada participante. Esse número corresponde à quantidade total de estudantes que manifestaram interesse em participar da segunda edição do programa em 2023 e se dispuseram a fornecer informações sobre suas condições de vida, estudo e renda familiar.

2 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS CANDIDATOS AO PEAES

2.1 Dados gerais

A distribuição por sexo entre os estudantes inscritos mostra que a maioria é formada por mulheres. Do total de 464 inscritos, 82,41% são do sexo feminino e 17,59% do sexo masculino.

De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE, a população brasileira é composta por 51,5% de mulheres e 48,5% de homens (IBGE, 2022). O Censo da Educação, por sua vez, mostra que cerca de 59% dos estudantes matriculados são mulheres (BRASIL, 2025). Ou seja, embora as mulheres já sejam maioria nas universidades, o percentual encontrado no PEAES é ainda mais alto.

Em relação à distribuição racial, a maioria das mulheres inscritas se autodeclara parda, somando 184 estudantes. Em seguida, aparecem 82 mulheres pretas, 68 brancas, 9 amarelas, 3 indígenas e 3 quilombolas. Essa composição demonstra a predominância de mulheres de grupos étnico-raciais que historicamente enfrentam maiores barreiras de acesso à educação superior.

Sobre a condição familiar, 44 mulheres declararam possuir filhos, representando 12,6% das candidatas do sexo feminino, enquanto 305 afirmaram não ter filhos. Essa proporção reforça a necessidade de considerar a condição de maternidade nas políticas de assistência estudantil, uma vez que o acúmulo de responsabilidades familiares pode impactar diretamente a permanência e o desempenho acadêmico das estudantes.

A renda per capita média entre as mulheres inscritas é de R$ 511,18, o que indica um perfil socioeconômico de baixa renda. Quanto aos auxílios solicitados, o mais requisitado foi o auxílio moradia, com 243 solicitações. Em seguida, aparecem o auxílio alimentação, com 152 solicitações, o auxílio cultura, com 123, e o auxílio esporte, com 89 pedidos.

De forma geral, o perfil das candidatas do sexo feminino é marcado pela predominância de mulheres pardas e pretas, baixa renda per capita, grande procura por auxílios básicos e uma parcela significativa com filhos.

A maioria dos inscritos, 88,79% (412 candidatos), não possui filhos. Apenas 11,21% (52 inscritos) declararam ser pais ou mães. Este dado é compatível com o perfil predominante de estudantes universitários, grupo composto principalmente por jovens adultos.

A faixa etária predominante é de jovens adultos com idade entre 18 e 24 anos, grupo com 264 participantes. Em seguida, a faixa 25 a 34 anos totaliza 164 inscritos, enquanto a faixa dos 35 a 44 anos conta com 22 pessoas. Já a faixa entre 45 e 59 anos é representada por 9 inscritos e, por fim, há 2 inscritos com 60 anos ou mais.

Entre os 464 estudantes inscritos no PEAES, 52 declararam possuir filhos, o que representa 11,2% do total de participantes. Esse dado revela a presença de estudantes com responsabilidades familiares no perfil dos candidatos aos auxílios da

assistência estudantil.

A análise cruzada de dados indicou que a maior parte dos estudantes com filhos é do sexo feminino, totalizando 44 mulheres, enquanto apenas 8 são homens. Entre esses estudantes, 30 se autodeclaram pardos. Em seguida, aparecem 12 estudantes pretos, 7 brancos, 2 amarelos e 1 estudante quilombola.

Uma informação que chamou a atenção dos avaliadores é que 41 estudantes com filhos tiveram a avaliação indeferida, o que corresponde a 78,8% do total, enquanto apenas 11 tiveram a avaliação deferida, equivalente a 21,2%. Esse dado sugere que, mesmo entre estudantes com filhos, há uma alta proporção de indeferimento nas análises socioeconômicas, o que pode estar relacionado aos critérios de avaliação ou a problemas com a documentação apresentada pelo candidato.

Sobre os cuidados com os filhos durante o período de trabalho ou estudo, 26 estudantes indicaram que os filhos ficam sob a responsabilidade de outras pessoas, como familiares ou amigos. Outros 18 estudantes apontaram a mãe como principal cuidadora, 5 relataram o uso de serviços de babá e 3 indicaram o pai como responsável. Esses dados demonstram a importância da rede de apoio familiar e comunitária para possibilitar a continuidade dos estudos.

A renda *per capita* média entre os estudantes que possuem filhos é de R$ 498,19. A distância média entre a residência dos estudantes e o campus da Unimontes é de 167 quilômetros, indicando a existência de desafios adicionais para esses universitários, especialmente relacionados a deslocamento e permanência na cidade onde frequentam o curso.

Os auxílios mais solicitados entre os estudantes com filhos foram o auxílio moradia, requerido por 36 estudantes, seguido pelo auxílio cultura, solicitado por 25 estudantes. O auxílio esporte foi requerido por 19 estudantes, enquanto o auxílio alimentação foi solicitado por 17 inscritos. A predominância da demanda pelo auxílio moradia reforça a importância desse benefício para acadêmicos com filhos, especialmente em função da distância significativa de suas residências até o campus universitário.

As informações analisadas demonstram que os estudantes com filhos, em

sua maioria mulheres, pardas ou pretas, com baixa renda e que enfrentam grandes deslocamentos para estudar, representam um grupo que se depara com múltiplas vulnerabilidades no acesso e permanência na educação superior. Esses dados confirmam a importância das políticas de assistência estudantil para garantir condições mínimas de permanência acadêmica, especialmente para aqueles que acumulam responsabilidades familiares.

Quanto ao estado civil, do total de 464 inscritos, 87,7%, declarou-se solteira, totalizando 407 estudantes. Em segundo lugar, aparecem os estudantes casados no civil e/ou religioso, que somam 36 pessoas, representando 7,76% do total. Um grupo menor de 12 estudantes declarou-se divorciado ou separado, equivalente a 2,59% dos inscritos, enquanto 8 estudantes informaram viver em união estável, representando 1,72%. Por fim, apenas 1 estudante declarou-se viúvo, o que corresponde a 0,22% do total de participantes.

O predomínio de estudantes solteiros é consistente com o perfil típico do público universitário, composto majoritariamente por jovens em início da vida adulta. O percentual reduzido de estudantes casados, divorciados, em união estável ou viúvos reforça a ideia de que, em sua maioria, os inscritos estão em etapas da vida associadas à formação acadêmica e ao início da inserção no mercado de trabalho.

Já a presença de 12 estudantes divorciados/separados, 8 vivendo em união estável e 1 viúvo sugere a existência de uma pequena parcela de candidatos com experiências familiares diversas, que podem demandar apoio específico em termos de políticas de assistência estudantil, especialmente em casos de estudantes com filhos ou responsabilidades familiares, conforme visto anteriormente. Essa diversidade também reforça a importância de um olhar atento às múltiplas realidades sociais que compõem o corpo discente da Unimontes.

Os dados sobre a origem escolar dos inscritos demonstram que 81,21% dos candidatos são egressos de escolas públicas, enquanto 18,79% possuem histórico de escolarização em instituições privadas. A elevada proporção de egressos da rede pública demonstra o perfil social majoritário dos estudantes que buscam acesso aos auxílios da assistência estudantil. A predominância de egressos da escola pública confirma a relevância do PEAES na promoção da equidade educacional,

contribuindo com a permanência de quem tem menos acesso a recursos educativos de qualidade.

Em relação à forma de acesso, observa-se que a grande maioria dos inscritos ingressou na Unimontes por meio do ENEM/SISU, representando 73,28% (340 inscrições). O PAES (Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior) foi responsável por 12,28% das inscrições (57 candidatos). O Edital de Vagas Remanescentes contribuiu com 4,74% dos acessos (22 inscrições), enquanto a categoria “Outros” corresponde a 4,09% (19 inscrições). Por fim, 3,88% dos inscritos (18 candidatos) ingressaram através da modalidade de Obtenção de Novo Título.

No que diz respeito à modalidade de ingresso, 56,25% dos candidatos (261 inscrições) foram admitidos pela ampla concorrência, enquanto 43,75% (203 candidatos) ingressaram através do sistema de reserva de vagas, o que mostra uma importante abertura para as ações afirmativas no processo seletivo da Unimontes.

A análise dos dados de distribuição por campus e municípios revela o padrão de concentração de inscrições nos principais campi da Unimontes, especialmente no campus sede, localizado em Montes Claros. Dos 464 inscritos, 45,26% estão vinculados ao campus de Montes Claros, seguido de 16,38% em Janaúba, 11,90% em São Francisco e 8,19% em Januária. Os números são compatíveis com a origem municipal dos candidatos, sendo que 24% são naturais de Montes Claros, 12% de Janaúba, 10% de São Francisco, 7% de Januária e 5% de Francisco Sá.

A Unimontes atua em uma extensa área geográfica que abrange o Norte e Noroeste de Minas Gerais, além dos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Essa área corresponde a aproximadamente 40% do território do estado, envolvendo mais de 340 municípios e atendendo uma população superior a 2 milhões de habitantes. A centralidade do campus de Montes Claros explica a maior concentração de estudantes nesse polo, pois é onde se encontra grande parte da infraestrutura universitária, cursos e serviços oferecidos pela instituição. O campus sede também exerce papel estratégico no atendimento aos estudantes de toda a região Norte de Minas, funcionando como referência educacional.

Os campi regionais, como Janaúba, São Francisco e Januária, também

desempenham um papel importante ao interiorizar o acesso ao ensino superior e aproximar a universidade das comunidades mais distantes e com menos infraestrutura. A participação expressiva de estudantes desses campi, que juntos somam quase 36% das inscrições, indica a eficácia das políticas de descentralização da universidade e reforça seu compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior.

Os dados analisados reforçam a importância da Unimontes como agente de desenvolvimento regional, garantindo acesso ao ensino superior para estudantes de municípios com limitações socioeconômicas. A concentração no campus sede e a participação dos campi regionais indicam a importância do PEAES na promoção da inclusão educacional e no enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais do Norte de Minas.

2.2 Perfil demográfico

A análise da composição racial dos estudantes inscritos indica predominância de candidatos autodeclarados como pardos e pretos. Do total de 464 inscritos, 65,59% se declararam pardos, 19,83% pretos, 11,21% brancos, 2,07% amarelos e 1,30% indígenas.

Comparando-se esses dados aos resultados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, é possível identificar algumas diferenças. Na população brasileira, a distribuição racial é composta por 45,3% de pardos, 43,5% de brancos, 10,2% de pretos, 0,6% de indígenas e 0,4% de amarelos (IBGE, 2022).

A comparação chama a atenção para os seguintes pontos: a proporção de estudantes pardos (65,59%) é superior à registrada na população nacional (45,3%); o percentual de estudantes pretos (19,83%) é quase o dobro da proporção observada no Censo (10,2%); o grupo branco representa 11,21% entre os inscritos, percentual inferior ao encontrado na população brasileira (43,5%); as categorias indígena (1,30%) e amarela (2,07%) apresentam percentuais mais elevados entre os inscritos no PEAES em comparação aos dados nacionais (0,6% e 0,4%, respetivamente).

A composição racial observada entre os estudantes inscritos acompanha o

perfil populacional característico da região Norte de Minas Gerais, onde a Unimontes está inserida. Dados do Censo Demográfico de 2022 apontam que a região apresenta uma maioria da população autodeclarada parda e preta, atingindo percentuais próximos a 76%. Esse número é superior às médias estadual e nacional. (IBGE, 2022)

A baixa representação de estudantes brancos no programa também reflete o perfil da população dos municípios do Norte de Minas, onde a proporção de pessoas pretas e pardas ultrapassa os valores médios do estado e do país. A presença proporcionalmente maior de estudantes indígenas e amarelos entre os inscritos também se alinha a especificidades regionais, que incluem comunidades tradicionais e diversificação étnica em parte do território atendido pela Unimontes.

Outro fator a ser considerado é que a análise da composição racial dos inscritos no PEAES mostra uma relação direta entre o perfil dos candidatos e as políticas afirmativas adotadas pela Unimontes, sugerindo uma ligação com o sistema de cotas adotados pela universidade no Norte de Minas.

A Unimontes adota, desde 2004, com a Lei Estadual nº 15.150, e a partir de 2017, com a Lei nº 22.570, um sistema de cotas que reserva 50% das vagas para ações afirmativas. Desse total, 42% são destinadas a estudantes egressos de escola pública, de baixa renda e pertencentes a grupos étnico-raciais específicos, além de 5% para pessoas com deficiência. O objetivo é ampliar o acesso ao ensino superior para pessoas que enfrentam mais dificuldades sociais e econômicas.

As informações acima sugerem que as políticas afirmativas da Unimontes estão alinhadas às características sociais e raciais da sua região de atuação. As cotas ajudam a garantir o acesso ao ensino superior para os grupos que historicamente enfrentam maiores vulnerabilidades. A maior presença de indígenas e amarelos também confirma que a universidade atende uma população diversa, respeitando as especificidades regionais.

2.3 Perfil socioeconômico

A análise cruzada das informações e dados identificados nos campos relativos à situação da moradia dos estudantes inscritos no PEAES e informações

sobre se eles moram ou não com a família revela aspectos importantes sobre o perfil habitacional dos candidatos.

Entre os 464 inscritos, 242 estudantes, o equivalente a 52,16%, informaram morar com a família, enquanto 222 estudantes, ou 47,84%, declararam morar separados da família. Esse equilíbrio relativo entre os dois grupos demonstra que uma parte significativa dos inscritos já vive de maneira independente da família, o que pode refletir tanto processo de deslocamento para estudo quanto dinâmicas familiares variadas.

Considerando exclusivamente os estudantes que moram com a família, a maior parte vive em residência própria, quitada ou herdada, representando 105 estudantes. Em seguida, 79 estudantes moram em residência alugada, 28 em residência cedida (moradia sem pagamento de aluguel), 20 em residência financiada e 10 em outras situações habitacionais. Ou seja, mesmo entre aqueles que vivem com a família, uma parcela importante está em situação de aluguel ou moradia cedida, indicando uma diversidade de condições de habitação.

Já entre os estudantes que moram separados da família, predomina a moradia em imóveis alugados, totalizando 179 estudantes, o que representa cerca de 80,6% desse grupo. Além disso, 16 estudantes vivem em pensões ou repúblicas, 10 residem em moradias cedidas, 5 em residências financiadas e apenas 4 em residência própria quitada ou herdada. Esse perfil mostra que a maioria dos estudantes que mora longe da família depende de aluguel para se manter, o que reforça a importância de políticas públicas de apoio, como o auxílio moradia.

O padrão observado comprova que a situação de moradia tem relação direta com a necessidade de assistência estudantil, especialmente no que se refere ao apoio financeiro para despesas com habitação. Enquanto quem vive com a família tende a ter acesso mais expressivo à residência própria, os estudantes que se deslocam e vivem independentemente enfrentam, majoritariamente, o custo do aluguel.

Do total de 464 estudantes, 48,49% (225 inscritos) declararam que suas famílias não recebem nenhum tipo de benefício ou rendimento proveniente de programas governamentais. Esse dado mostra que quase metade dos candidatos

está inserida em núcleos familiares sem acesso a programas de proteção social, o que não significa necessariamente ausência de vulnerabilidade, já que outras variáveis como renda per capita e tipo de moradia indicam situações econômicas precárias em grande parte dos casos.

O principal benefício declarado é o Programa Bolsa Família, citado isoladamente por 26,94% dos inscritos (125 estudantes). Considerando apenas esse programa, observa-se uma proporção relevante de estudantes oriundos de famílias com acesso direto a políticas públicas de transferência de renda direcionadas a populações em situação de vulnerabilidade social. Quando somados os casos em que o Bolsa Família aparece em conjunto com outros benefícios, esse percentual aumenta ainda mais, mostrando a importância desse programa na composição da renda familiar dos inscritos.

Outros rendimentos também aparecem em menor proporção. 11,42% (53 estudantes) declararam que suas famílias recebem aposentadoria ou pensão do INSS, um dado que pode refletir tanto a presença de idosos na composição familiar quanto situações em que a pensão por morte se torna a principal fonte de sustento.

Outros tipos de benefício aparecem em percentuais menores, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), citado isoladamente ou em combinação por aproximadamente 2,15% dos estudantes; pensão alimentícia (1,29%), seguro-desemprego (1,08%), ajuda de familiares ou terceiros (1,94%) e outras rendas eventuais.

Chama atenção a variedade de combinações entre os benefícios declarados. Há casos em que as famílias recebem mais de um tipo de auxílio, combinando benefícios como aposentadoria e Bolsa Família, BPC e Bolsa Família, ou ajuda de terceiros junto a outras fontes, ainda que esses casos sejam minoritários em termos absolutos.

A análise cruzada dos dados e informações sobre a situação de trabalho dos estudantes inscritos no PEAES e o recebimento ou não de algum tipo de benefício ou bolsa mostra aspectos importantes sobre as condições socioeconômicas vivenciadas pelos candidatos.

Entre os 464 inscritos, a maioria, correspondente a 58,84% ou 273 estudantes, declarou que não trabalha e é sustentada pela família. Outros 12,72%, representados por 59 estudantes, informaram que não trabalham, sem detalhar outra fonte de renda. Um total de 46 estudantes, equivalente a 9,91%, declarou que trabalha e se sustenta integralmente. Há ainda 36 estudantes, ou 7,76%, que informaram ser o principal responsável pelo sustento da família, além de 22 estudantes, representando 4,74%, que trabalham e recebem ajuda da família. Um grupo de 17 estudantes, equivalente a 3,66%, afirmou que não trabalha e recebe benefício social, enquanto 11 estudantes, ou 2,37%, declararam trabalhar como autônomos.

Quanto ao recebimento de auxílios financeiros ou bolsas, a maior parte dos estudantes, correspondente a 70,91% ou 329 inscritos, informou que não recebe nenhum dos auxílios listados. Entre os que recebem algum tipo de auxílio, 39 estudantes, ou 8,4%, informaram receber bolsa de estágio. Dezesseis estudantes, equivalente a 3,45%, recebem bolsa de pesquisa. Auxílios como alimentação, transporte, moradia, bolsa de extensão e auxílio emergencial aparecem em proporções menores, variando entre 1% e 2% dos inscritos, com diversas combinações de benefícios sendo identificadas em percentuais ainda menores.

A análise cruzada mostra que entre os estudantes que não trabalham e são sustentados pela família a maioria não recebe nenhum benefício além do apoio familiar, embora uma parcela menor declare receber bolsas de estágio ou auxílios como alimentação e transporte.

Entre os estudantes que não trabalham, existem casos em que os candidatos acessam auxílios emergenciais ou bolsas acadêmicas, mostrando que a assistência estudantil funciona como fonte de apoio parcial. Entre os estudantes que trabalham e se sustentam ou que são o principal responsável pelo sustento da família, parte relevante também não acessa benefícios, mas há um grupo que complementa sua renda com bolsas de estágio ou pesquisa. Já entre os estudantes que não trabalham e recebem benefício social, é possível observar a presença mais constante de benefícios como alimentação, moradia e auxílio emergencial.

Os dados indicam que a maior parte dos inscritos não possui vínculo de trabalho e tampouco recebe bolsas ou auxílios institucionais. A análise mostra

diferentes perfis de estudantes, incluindo um grupo dependente da família sem acesso a benefícios diretos, outro grupo que trabalha e acessa bolsas acadêmicas como apoio complementar e um terceiro grupo em situação de maior vulnerabilidade social, com acesso parcial a benefícios institucionais.

2.4 Perfil acadêmico

Os candidatos inscritos em 2023 estavam distribuídos em diferentes cursos. Zootecnia se destacou com 22 inscrições, seguida de Agronomia, com 21. Os cursos de Enfermagem, Educação Física – Licenciatura Plena e Pedagogia, ofertada no campus de Januária, registraram, cada um, 19 candidatos. Essa distribuição mostra uma participação importante dos acadêmicos das áreas de Ciências Agrárias, da Saúde e da Educação.

A predominância é de alunos matriculados no turno noturno, totalizando 233 inscritos. O turno integral conta com 120 candidatos, seguido pelo diurno, com 57, e pelo matutino, com 45. O vespertino apresentou o menor número de matrículas, sendo apenas 9 candidatos. Esses números levam à suposição de que boa maior parte dos estudantes que buscaram o benefício conciliam os estudos com outras responsabilidades e atividades, o que os levaria a optar pelo período noturno.

Cruzando as informações relativas ao turno frequentado e à situação ocupacional dos inscritos foi possível constatar que no turno noturno há 128 estudantes que não trabalham e são sustentados pela família; 25 que conciliam trabalho com estudo e são sustentados pela família; 24 que se sustentam sozinhos e 16 que não trabalham e recebem ajuda familiar.

No turno integral, a maioria não trabalha e é sustentada pela família (84); 21 não trabalham e não têm outra fonte de renda. Já no diurno e matutino, predominam igualmente os estudantes sem ocupação remunerada e que são dependentes da família (36 e 20 alunos, respectivamente), mas com casos de quem trabalha e se sustenta (5 e 11).

Enfim, o vespertino, com menor número de inscritos, apresenta perfil diversificado, mas igualmente concentrado em alunos que não trabalham e são

sustentados pela família (5). Esses dados indicam que o turno noturno concentra o maior número de estudantes que trabalham e que contribuem para o sustento familiar.

Na segunda edição do PEAES de 2023 foram ofertados aos universitários da Unimontes quatro tipos de auxílios financeiros: moradia, esporte, cultura e alimentação. Cada estudante pôde se candidatar a três auxílios diferentes. No ato de inscrição era necessário indicar a ordem de preferência entre eles, classificando-os como primeira, segunda ou terceira opção.

A demanda ficou distribuída da seguinte maneira: auxílio moradia com 464 solicitações; auxílio alimentação com 319; auxílio cultura com 95 solicitações e auxílio esporte com 88 solicitações.

A análise dos formulários de inscrições revelou diferenças consideráveis na procura pelos benefícios ofertados no âmbito do PEAES naquela edição. Constatou-se que o auxílio moradia foi o mais solicitado, totalizando 464 requerimentos, o que representa a totalidade dos inscritos. Este dado reflete a elevada demanda por apoio relacionado aos custos habitacionais, um dos principais desafios enfrentados por estudantes universitários, especialmente aqueles que precisam residir fora de seus municípios de origem para frequentar o ensino superior.

O auxílio alimentação também se destacou, com 319 inscrições. Vale ressaltar que os alunos matriculados no campus sede em Montes Claros não podem requerer o auxílio alimentação, pois contam com os serviços do Restaurante Universitário que fornece duas refeições diárias – almoço e jantar - por valores simbólicos. A alta procura por este benefício indica que garantir a segurança alimentar é uma necessidade prioritária para a maioria dos estudantes, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esta condição pode impactar diretamente na permanência e no rendimento acadêmico dos universitários, sobretudo aqueles que frequentam as aulas em período integral.

Por outro lado, os auxílios voltados para o esporte (88 solicitações) e para a cultura (95 solicitações) tiveram uma procura menor. Esses números sugerem que, apesar de serem importantes para a formação integral dos estudantes, os auxílios culturais e esportivos não aparecem como prioridade imediata, pois a tendência foi priorizar os auxílios básicos como moradia e alimentação.

Outro fator que poderia justificar a baixa procura pelo auxílio esporte é o fato da Unimontes contar com o Centro Esportivo Universitário Reitor João Valle Maurício (CEU), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, e com o Laboratório de Exercício (LABEX), sob coordenação do curso de Educação Física. Juntos, eles oferecem à comunidade acadêmica atividades esportivas de diversas modalidades a preços módicos.

A distribuição da demanda por tipos de auxílios mostra que as condições básicas de sobrevivência — moradia e alimentação — são as maiores preocupações dos estudantes em situação de vulnerabilidade, enquanto os auxílios voltados para atividades complementares apresentam uma procura mais restrita.

2.5 Condições de saúde

A análise dos dados referentes à saúde física e mental revela informações relevantes sobre as condições de acesso a serviços de saúde e cuidados pessoais do público atendido pela Assistência Estudantil. 89,2% dos estudantes informou não possuir plano de saúde, enquanto apenas 10,8% declararam ter acesso a algum tipo de plano ou assistência médica particular. Isso indica uma forte dependência do sistema público de saúde por parte da maioria dos estudantes.

Em relação ao uso de medicação de uso contínuo, 25,9% dos estudantes declararam fazer uso regular desse tipo de medicamento, o que corresponde a 120 estudantes. 74,1%, ou 344 inscritos, afirmou não utilizar medicamentos de forma contínua. Esse número expressivo de estudantes em uso contínuo de medicação chama a atenção para a presença de condições de saúde que exigem acompanhamento regular, o que pode incluir tanto doenças físicas quanto condições de saúde mental.

Quando questionados sobre a realização de tratamento especializado de saúde, 53 estudantes, o equivalente a 11,4% dos inscritos, afirmaram realizar algum tipo de tratamento especializado, enquanto 411 estudantes, ou 88,6%, declararam não realizar nenhum acompanhamento no momento da inscrição. Esse

percentual mostra a presença relevante de estudantes que demandam acompanhamento profissional contínuo.

A análise combinada dos dados permite verificar que a maioria dos estudantes não possui plano de saúde e não realiza tratamento especializado, mas há uma parcela significativa que faz uso de medicamentos contínuos, o que aponta para demandas específicas em relação à saúde.

O baixo acesso aos planos de saúde e a presença de gastos regulares com medicamentos sugerem que a assistência estudantil precisa considerar, além da dimensão socioeconômica, a dimensão da saúde física e mental como fator que impacta diretamente na permanência e no desempenho acadêmico dos estudantes.

A existência de um grupo que concilia estudos com tratamento contínuo e uso regular de medicação reforça a importância de políticas institucionais que garantam apoio à saúde, seja por meio de serviços próprios, parcerias com o sistema público de saúde ou ampliação de auxílios financeiros para custeio de necessidades básicas, incluindo saúde.

2.6 Diversidade e inclusão

A maioria dos inscritos declarou orientação sexual heterossexual, 86,21% do total de participantes. Um grupo de 7,59% optou por não informar a orientação sexual no formulário. Estudantes que se identificaram como homossexuais representam 3,45% dos inscritos, enquanto 2,75% declararam ser bissexuais.

Os dados indicam uma predominância de estudantes heterossexuais no programa, o que é esperado considerando o padrão geral da população brasileira. No entanto, a presença de estudantes LGBTQIAPN+ (somando homossexuais, bissexuais e aqueles que preferiram não responder) aponta para a importância da universidade como espaço de acolhimento e respeito à diversidade.

O percentual relativamente alto de pessoas que não quiseram responder (7,59%) pode indicar receio em expor informações pessoais, o que sugere a necessidade de ações de sensibilização e políticas de proteção voltadas para garantir um ambiente seguro para todas as expressões de identidade em meio à comunidade

acadêmica.

A análise comparativa entre os dados da orientação sexual dos estudantes inscritos no PEAES e as informações mais recentes coletadas pelo IBGE (2019) permite observar tanto convergências quanto especificidades próprias do contexto universitário.

De acordo com os dados do PEAES, 86,21% dos estudantes declararam-se heterossexuais, 3,45% homossexuais, 2,75% bissexuais e 7,59% optaram por não informar a orientação sexual. Já os dados oficiais mais abrangentes disponíveis são da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 do IBGE, que apontaram que, entre a população adulta brasileira, 94,8% se declaram heterossexuais, 1,2% homossexuais, 0,7% bissexuais, enquanto 1,1% afirmaram não saber sua orientação sexual e 2,3% preferiram não responder. (IBGE, 2019)

A comparação entre os dados do PEAES e da PNS de 2019 demonstra que, no contexto dos estudantes inscritos no programa de assistência estudantil, há uma maior representatividade de pessoas que se identificam como homossexuais e bissexuais. Enquanto no conjunto da população brasileira os percentuais de homossexuais e bissexuais somam 1,9%, no PEAES essa soma chega a 6,2%. Outro dado relevante é o percentual de estudantes que preferiram não responder, que atinge 7,59% no PEAES, valor bastante superior ao identificado na PNS (2,3%).

Essa diferença pode ser explicada por algumas hipóteses. O ambiente universitário, por suas características de maior diversidade e concentração de pessoas jovens, tende a apresentar maior visibilidade e reconhecimento das diferentes orientações sexuais. De fato, na PNS o IBGE já identificava uma maior proporção de pessoas homossexuais e bissexuais na faixa etária de 18 a 29 anos, atingindo 4,8% entre jovens, percentual que se aproxima mais do observado no PEAES. Isso sugere que a comunidade universitária reflete parcialmente essa tendência de maior diversidade entre os jovens brasileiros.

A presença expressiva de estudantes LGBTQIAPN+ entre os inscritos no PEAES demonstra que as políticas de assistência estudantil não devem se restringir apenas aos critérios econômicos, mas também considerar o acolhimento de grupos que enfrentam múltiplas vulnerabilidades, como a discriminação por orientação

sexual. Nesse sentido, a assistência estudantil tem um papel relevante tanto na redução das desigualdades socioeconômicas quanto na promoção de um ambiente universitário inclusivo e respeitoso às diversidades.

Em síntese, a comparação aponta que, enquanto a maioria da população brasileira ainda se declara heterossexual em proporções superiores a 90%, a comunidade universitária atendida pelo PEAES apresenta percentuais mais expressivos de estudantes LGBTQIAPN+, alinhando-se à tendência observada em populações jovens urbanas. Esses dados ressaltam a importância de políticas de apoio e acolhimento voltadas para a diversidade sexual no contexto da assistência estudantil.

3 CONCLUSÃO

A fase atual do estudo em andamento atingiu seu objetivo de analisar os dados do formulário de inscrições do PEAES. Foi possível traçar o perfil socioeconômico, de saúde, raça, gênero, orientação sexual, deficiência e vulnerabilidades sociais dos estudantes que buscaram a Assistência Estudantil da Unimontes no segundo semestre de 2023.

De forma geral, os dados mostram um público composto principalmente por jovens de baixa renda, vindos de escola pública e que dependem do sistema público para estudar e acessar serviços essenciais.

Os resultados parciais confirmaram a hipótese de que a maioria dos candidatos se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reforçada por múltiplas desigualdades demográficas e acadêmicas. Um dado alarmante: a saúde mental constitui demanda crítica entre os acadêmicos, acompanhada por alta procura por apoio psicopedagógico.

Essas constatações respondem às questões que motivaram a pesquisa e confirmam a importância estratégica do PEAES no enfrentamento à evasão e como um dos recursos empregados para garantir a permanência dos universitários e conclusão do curso.

Conclui-se que, embora o programa atenda a um público diversificado e de alta vulnerabilidade, há necessidade de mais recursos e de uma maior abrangência, a fim de ampliar seu impacto na redução das desigualdades e na promoção da equidade no ensino superior no Norte de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta*. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/.../pesquisa-nacional-de-saude-2019-orientacao-sexual.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Censo da Educação Superior 2023*. Brasília: MEC/INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

MINAS GERAIS. *Lei n.º 22.570, de 5 de julho de 2017*. Dispõe sobre políticas de democratização do acesso e promoção da permanência de estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. *Diário do Poder Legislativo de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 jul. 2017.

AGRADECIMENTOS

O Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Unimontes agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio e financiamento que possibilitaram o desenvolvimento deste projeto.